

Comunicado 04.fevereiro.2024

Plataforma dos Sindicatos da PSP e Associações da GNR



A Plataforma de Sindicatos da PSP e Associações da GNR vem manifestar veementemente o seu desagrado e descontentamento com as declarações do Sr. Ministro da Administração Interna (MAI), Dr. José Carneiro após a reunião com os NOSSOS COMANDANTES.

Para além de umas palavras que não espelham de todo o ideal da democracia, nem são juridicamente sustentáveis, fugindo claramente ao cerne do problema dos Polícias da PSP e Militares da GNR, é inadmissível o ataque pidesco ao sindicalismo na PSP, que procura coartar a liberdade de expressão.

Não nos parece muito democrático nem juridicamente aceitável que com a abertura de inquéritos legítimos se precipitem corresponsabilizações preliminares, assumindo-se de forma autoexplicativa que há responsabilidade, culpa e infracção por parte dos Polícias. Está a abrir-se um inquérito que tem na sua génese uma decisão enviesada e inquinada. Releva-se a adjectivação infeliz de insubordinação gravíssima, assumindo que não se quer saber do resultado do inquérito, esquecendo o trabalho realizado pelas Forças de Segurança ao longo de décadas.

O Sr. MAI revelou que participou à Inspeção Geral da Administração Interna as declarações do presidente do SINAPOL, "que ameaçaram colocar em causa a atividade da PSP durante os próximos atos eleitorais".

As declarações proferidas pelo presidente do SINAPOL em momento algum pretenderam constituir uma ameaça, bem pelo contrário. Pretendeu alertar para uma hipotética situação que deve ser equacionada por quem dirige o país, considerando a importância vital que o ato eleitoral representa num estado de direito democrático e, cuja realização não deve ser perturbada, querendo as Forças de Segurança cumprir devidamente a sua missão. A ideia é a de alertar, porque as formas de protesto podem escapar ao controlo daquilo que é a esfera dos Sindicatos/Associações. Se quem entendeu o alerta como uma ameaça, é porque tem como pressuposto que os Sindicatos/Associações constituem uma ameaça e não uma parte da solução de um problema que afeta os profissionais das Forças de Segurança, que decorrer de uma manifesto e justificado sentido de justiça.

Comunicado

04.fevereiro.2024

Recorda-se que, já no passado, o atual Primeiro-Ministro, então MAI, tentou condicionar a actividade sindical de um profissional da PSP, expulsando-o da Organização, sendo o problema sanado por uma decisão judicial que determinou a sua reintegração.

Percebemos a vontade e o desconforto com o trabalho dos Sindicatos da PSP e Associações da GNR, no entanto, não pode um Governo fazer uma interpretação umbilical da Lei.

Os profissionais das Forças de Segurança esperavam muito mais do Governo. Hoje receberam do Sr. MAI um claro sinal de ameaça. Se a irresponsabilidade do governo já era gritante ao longo deste processo, hoje mais do que nunca é notória a incapacidade política, a falta de preparação e, sobretudo, o esgotar da legitimidade e do reconhecimento enquanto tutela, desta que é das mais importantes pastas de um governo.

A LUTA dos elementos das Forças de Segurança vai continuar, esperamos que dentro dos limites legais, no entanto, após a conferência de imprensa do Sr. MAI e a falta de reconhecimento da necessidade negocial, face à situação criada por este governo, importará alertar uma vez mais, que qualquer ocorrência grave será unicamente da responsabilidade do Governo.

#Plataforma dos Sindicatos da PSP e Associações da GNR